Queira ou não, nós estamos em um estado com 43 milhões de habitantes. É cara a polícia? É cara, como é caro o professor, também. Tudo é caro. É muita gente, professor, muito policial, porque tem 43 milhões. São Paulo é o maior estado na Nação.

Se a gente não valorizar o professor, não valorizar o policial, o pessoal da Saúde, nós vamos valorizar o quê? Pelo contrário, se você tem mais segurança, o estado arrecada mais – o cidadão vai para um jogo de futebol, o cara vai para o teatro, vai para o cinema – só que o cara não pode sair de casa.

Hoje, está acontecendo nas ruas de São Paulo o que eu fazia na Rota, deputado Giannazi. A gente, na Rota, parava um carro suspeito – "Sai, sai todo mundo com a mão na cabeça".

Hoje, é o bandido que está fazendo com o povo. O cara sai na rua em quatro, cinco, parando as pessoas na rua com o revólver na cara de todo mundo, em vez da polícia. A polícia que tinha que fazer isso aí, combatendo o crime atrás dos bandidos. O bandido está escrachando a população na rua e, se for policial, eles matam ainda.

Então, nós temos que realmente reverter esse quadro. Estamos torcendo. É evidente que em 60 dias não pode ter muita mudança mesmo, mas é lógico que temos que valorizar, colocar mais policiais na rua e dar segurança para a população, porque o objetivo é só um: segurança para o povo. Não adianta outra coisa, a segurança para o povo tem que ser em primeiro lugar.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Obrigada, deputado Conte Lopes. Na sequência, deputado Marcos Damasio. (Pausa.)

O SR. CONTE LOPES - PL - E eu aproveito para mandar um abraço para o papai lá, o Dorival, nosso amigo, nosso irmão, colega da Assembleia.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Obrigada.

Deputada Márcia Lula Lia. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.)

Na Lista Suplementar, Daniela Braga. Dispenso. Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Dr. Raul.

O SR. DR. RAUL - PODE - SEM REVISÃO DO ORADOR - Nobre deputada, presidenta, colegas deputados e colegas deputadas, apenas para manifestar aqui na tribuna que ontem eu mostrei as sacanagens que são feitas por várias óticas esparramadas pelo estado de São Paulo, mostrei ao vivo o pessoal falando, aqui em Indaiatuba, e no meu e-mail, no meu WhatsApp estão chegando quilos dessas coisas.

Mas também tem aqueles que praticam a sacanagem, começaram a entrar no meu Facebook fazendo críticas absurdas lá. Quero dizer para eles que a primeira coisa que eles precisam aprender é a ler e a interpretar a lei. E contratar um advogado bom, que possa fazer eles interpretarem bem a lei.

Lei foi feita para ser cumprida. Foi o que eu falei nesta Casa de Leis, foi o que eu falei no Colégio de Líderes fazendo a defesa do meu projeto. São dois decretos bem simples, que falam o seguinte: quem receita não faz. Entendeu? E quem está fazendo também não receita.

Agora só para a senhora ter uma ideia, deputada Daniela, esse decreto de 32, 1932, 1934, percorreu cinco constituintes. E os nossos legisladores, de lá para cá, nunca mudaram os decretos. Por quê? Eles regram exatamente essa situação de que não pode haver duas medicinas no País, entendeu? Você não pode fazer duas medicinas.

Hoje o que o pessoal está querendo praticar é assim: quem pode pagar vai procurar oftalmologista, quem não pode pagar pega qualquer um que está de avental, você não sabe nem quem é e de onde vem. E dentro de ótica. Não pode, isso é proibido por lei.

Eu fiz uma continha ontem para uma pessoa que fez uma crítica para mim no Facebook. Achou ótimo o trabalho e falou: "Mas e agora, como eu faço para marcar a minha consulta?". Aí eu fiz uma continha simples, deputado. A conta foi muito simples mesmo, lá em Bauru.

Eu falei, se eu contratar três oftalmologistas, o município contrata três, cada um atendendo o número preconizado pelas normas técnicas, eu tenho 100 consultas por dia. Vinte dias úteis? Duas mil consultas. Em um ano, 24 mil consultas. A população vai ter acesso, os trabalhadores, as trabalhadoras.

Então é possível ser feito, de uma forma técnica, uma medicina boa, de qualidade, e que tem que chegar também à população mais carente. É isso que eu venho defendendo aqui.

E, por favor, para vocês que estão achando que eu quero espezinhar outras profissões, não é isso. A profissão foi criada pelo MEC, mas não foi regulamentada. Eles têm que fazer isso dentro do Congresso Nacional, que tem a capacidade jurídica para fazê-lo, é lá que é para fazer isso. E, com certeza, os decretos estão lá e são válidos.

Então tem que ter compatibilidade do ato médico e compatibilidade com os decretos. E quem vai fazer isso são os deputados, que vão dizer até onde o optometrista pode ir. E, com certeza, não é associado a sindicato de óticas, vão ter que ter o conselho deles, aprovado por lei também no Congresso, assim como tem o Conselho Regional de Medicina, tem os conselhos das classes de engenharia etc.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Obrigada, deputado Dr. Raul. Na sequência, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, de volta à tribuna no dia de hoje, quero mais uma vez fazer um apelo pela tribuna da Assembleia Legislativa.

Já fiz vários, já participei de manifestações em frente à Secretaria da Educação, já levamos essa reivindicação à secretaria, porém, até agora, a Secretaria da Educação, a Seduc, o secretário estadual de Educação, Renato Feder, não resolveram uma questão gravíssima que está arrebentando, quebrando e torturando o Magistério estadual.

Refiro-me aqui às famosas e perversas APDs, as Atividades Pedagógicas Diversificadas, que foram implantadas recentemente através da farsa da nova carreira do Magistério, através da Lei nº 1.374, que está também destruindo o Magistério Estadual com suas várias contradições e ataques às professoras e professores.

As APDs não podem ser feitas nas escolas, como tem orientado a Secretaria da Educação e as diretorias de ensino. Elas são inviáveis, impraticáveis, por vários motivos. Primeiro, não há estrutura na escola para que elas sejam realizadas nos prédios escolares. As escolas carecem de espaços pedagógicos.

Segundo que muitos professores estão com dificuldades enormes de fazer o acúmulo de cargos. Um professor, para sobreviver... O secretário tinha que saber disso, acho que ele sabe, não é possível: o professor trabalha às vezes na rede estadual, mas tem outro cargo na rede municipal, ou tem um cargo na rede estadual e outro cargo também na rede estadual, ele tem dois cargos, ou ele trabalha na rede particular. Como existe essa exigência de que essas atividades sejam feitas dentro da escola, o acúmulo fica inviabilizado.

Temos professores e professoras chorando, dizendo: "Vou me exonerar de um dos cargos, vou me exonerar do cargo da prefeitura, ou do estado, ou tenho que sair da outra rede". O professor não consegue sobreviver apenas com um cargo. Por isso, a Constituição Federal garante o acúmulo de cargos para o Magistério, para os professores.

É muito fácil resolver essa situação: o governo tem que flexibilizar de tal forma que essas APDs sejam feitas em local de livre escolha pelo professor, de tal forma que ele consiga organizar o seu horário e a sua vida. É simples assim.

No ano passado, a solução encontrada foi a publicação de uma resolução que autorizou exatamente isso que estou dizendo aqui, que as APDs fossem realizadas em local de livre escolha da professora e do professor. O governo pode fazer isso emergencialmente, pode alterar a lei. É só enviar um projeto de lei para Assembleia Legislativa.

A Assembleia está funcionando. Inclusive, votamos projetos esta semana no plenário. Vai assumir uma nova legislatura no dia 15, mas podemos votar projetos de lei até o dia 14 e, depois do dia 15 ou 16, votar projetos também. A Assembleia não vai parar, a verdade é essa.

Ela vai continuar funcionando, vai fazer uma transição apenas de um dia para o outro, do dia 14 para o dia 15, mas o secretário tem que tomar as providências, tem que encaminhar o projeto de lei para a Assembleia Legislativa, porque, repito, essas APDs estão representando hoje uma verdadeira tortura para os nossos professores e professoras.

Então, fica aqui o nosso pedido, a nossa exigência para o secretário da Educação e para o governador Tarcísio de Freitas. Vocês estão destruindo, arrebentando o Magistério. Ao invés de o governo se preocupar com isso, ele fica preocupado com PPPs. É a privataria bolsotucana só anunciando que vai privatizar aqui e ali, tudo através de PPPs, até mesmo as 500 escolas que serão privatizadas pelas PPPs na área da zeladoria, como ele anunciou.

Então, a Educação tem problemas mais sérios e urgentes para que o governo resolva ao invés de ficar pensando em PPPs, em introduzir disciplinas que não têm nada a ver com o currículo escolar aqui em São Paulo. Então faço este apelo aqui ao secretário: secretário, flexibilize as APDs, os professores não podem, não conseguem. Não é possível, secretário.

Não sei como V. Exa. não percebeu isso ainda. E também que haja o pagamento imediato da folha suplementar dos professores da categoria "O". Até agora esse pagamento não foi feito.

O governo se comprometeu publicamente com o sindicato, com a Apeoesp, soltou anúncio, inclusive público, dizendo que faria uma folha suplementar para pagar as diferenças dos professores da categoria "O" dos contratos de 2018 e 2019. Não saiu nada até agora e os professores precisam receber pelo trabalho deles. Eles sobrevivem do trabalho, do salário.

Então faço aqui também essa exigência, que o governo rode imediatamente essa folha suplementar e pague todos os professores que estão nessa situação. Muito obrigado, Sra. Presidente.

E gostaria então que cópias do meu pronunciamento fossem encaminhadas com urgência ao secretário da Educação e ao governador Tarcísio de Freitas para que eles resolvam imediatamente, em caráter de extrema urgência, essa questão que eu levantei das APDs, dessas atividades pedagógicas diversificadas, e também do pagamento dos professores da categoria do "O" dos contratos de 2018 e 2019. Tem que fazer o pagamento imediato.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Obrigada, deputado Carlos Giannazi, e na sequência o deputado Conte Lopes. (Pausa.)

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sra. Presidente, eu posso só fazer mais uma intervenção pelo Pequeno Expediente ainda, para pedir o levantamento?

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Claro, claro.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Ontem, nós discutimos aqui – a deputada Leci Brandão fez uma ótima e brilhante intervenção, denúncia – em relação ao que aconteceu no Rio Grande do Sul, em Bento Gonçalves, sobre trabalho escravo nas vinícolas.

Agora é grave a situação porque além do fato em si, deputado Raul, deputado Conte Lopes, de nós termos escravidão no Brasil, trabalho escravo no Rio Grande do Sul...

Tem em várias regiões do Brasil na verdade, mas esse caso é escandaloso. Isso me faz lembrar uma frase do Joaquim Nabuco, abolicionista, que lutou contra a escravidão, que foi um dos organizadores do Movimento Abolicionista no Brasil.

Em 1900, ele publicou um livro chamado "Minha Formação" e nesse livro tem um trecho em que ele diz o seguinte... Isso em 1900, logo após já a Lei Áurea, que foi assinada em 1888.

Então, em 1900, ele dizia já no seu livro "Minha formação" o seguinte: "A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil". A marca da escravidão não se apaga e ele tinha razão e tem razão – isso há 150 anos atrás praticamente ele estava dizendo isso.

As marcas da escravidão persistem, permanecem, não só do ponto de vista do racismo estrutural que atravessa todas as nossas instituições, as nossas vidas, o que é grave, mas fora isso ainda tem o trabalho escravo, que não deveria existir mais. Agora, o que aconteceu lá é muito grave.

Nós estamos defendendo o seguinte. Eu quero aqui da tribuna da Assembleia Legislativa dizer a todas as pessoas que estão assistindo a nossa programação: não comprem mais os produtos dessas vinícolas, Salton, Garibaldi e também da Aurora. Então Aurora, Salton e Garibaldi, são essas três empresas que estão envolvidas nessa gravíssima denúncia de trabalho escravo.

Então não comprem nem os vinhos e nem os sucos de uva que são ditos como suco integral - suco integral não tem açúcar, não tem aditivo. Então não comprem, porque quando você tomar um vinho de uma dessas empresas, dessas marcas, ou um suco de uva, você estará tomando ali o suor escravo, o sangue dessas pessoas que foram escravizadas. Então boicotem, não comprem mais esses produtos de empresas que promovem o trabalho escravo. Isso é grave.

Nós também estamos defendendo, Sra. Presidente, a desapropriação dessas empresas, que o Governo Federal faça a desapropriação e entregue essas empresas para os seus trabalhadores administrarem e ficarem com o lucro dessas empresas, sobretudo esses que foram escravizados, nordestinos do estado da Bahia.

Não era só escravidão: tinha tortura, tinha espancamento, tinha humilhação, era um absurdo, é pior que a escravidão. Tinha tortura, eles apanhavam, as denúncias são gravíssimas, e denúncias constatadas pelo Ministério Público Federal, que foi lá, o Ministério Público do Trabalho, enfim.

Agora o Ministério da Justiça entrou também com investigação, o Ministério dos Direitos Humanos. É uma investigação profunda em cima do que aconteceu. É um escândalo mundial o que aconteceu e o que está acontecendo no Rio Grande do Sul.

Então desapropriação já dessas empresas, e que elas sejam entregues para os trabalhadores.

Mas tem mais, Sra. Presidente, só para concluir a minha intervenção. Um vereador lá de Caxias do Sul foi para a tribuna defender ainda a escravidão.

Eu fiquei perplexo com a fala dele, é grave. Tem o nome dele, é só a pessoa entrar na internet, porque é o assunto do momento. Esse vereador bolsonarista nazifascista de extrema direita, Sandro Fantinel, do Patriotas, armamentista, tem foto dele com o Bolsonaro com uma arma na mão.

Ele defendeu a escravidão, e falou: "Olha, não tem mão de obra mesmo, é por isso que tem escravidão"; disse que a culpa é dos nordestinos, atacou os nordestinos, ele fez uma fala nazifascista, racista, xenófoba, enfim, com todos os preconceitos: cometeu um grave crime. Ele tem que ser cassado imediatamente.

O Ministério Público já está atuando no Rio Grande do Sul. O PSOL entrou com uma ação pedindo a cassação do mandato, pedindo prisão desse vereador, que é grave o que ele disse.

Ele representa isso: o fascismo brasileiro, o racismo, o preconceito contra os pobres, contra os nordestinos.

E para coroar, e para fechar ainda esse processo todo, nós tivemos uma nota escravocrata desse Centro da Indústria e Comércio de Bento Gonçalves. Olha só, essa entidade dos empresários lá da cidade de Bento Gonçalves, minha gente, disse que o trabalho escravo é culpa do Bolsa Família.

Como tem Bolsa Família, ninguém quis trabalhar lá, então eles não tinham quem trabalhasse; então, escravidão. Eles justificam em tese a escravidão porque tem programas compensatórios no Brasil, como o Bolsa Família.

Ele retirou do ar imediatamente, porque vai responder judicialmente também por isso. Veja bem o absurdo que foi: trabalho escravo, um vereador nazifascista defendendo a escravidão, um centro empresarial do comércio e da indústria da cidade também dizendo: "Olha, gente, é assim mesmo, porque tem Bolsa Família para todo mundo, não tem empregado aqui, que ninguém quer trabalhar mais". É assim que eles justificam a escravidão. Então, punição já.

Esse vereador tem que ser cassado, as empresas têm que ser punidas, os donos, desapropriação já para essas empresas, e que ela seja entregue aos trabalhadores. Isso é possível de ser feito.

E o nosso repúdio total a essa entidade que se chama Centro da Indústria de Bento Gonçalves, que soltou uma nota escravocrata em 2023.

Era isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Não havendo mais oradores inscritos, eu solicito o levantamento desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Obrigada, deputado Carlos Giannazi. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 55 minutos.

* * *

3 DE MARÇO DE 2023
20ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: JANAINA PASCHOAL

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - JANAINA PASCHOAL
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Tece comentários ao pronunciamento do deputado Carlos Giannazi sobre a decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal quanto à liberdade de cátedra.
4 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
6 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do período adicional do dia 06/03, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

A SRA. - PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Imediatamente dou por aberto o Pequeno Expediente. Iniciando a leitura da lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna a nobre deputada Daniela Braga. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.)

Deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Dr. Raul. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, quero aqui anunciar que nós estamos, nosso mandato está acionando o Ministério Público Estadual e também nós enviaremos a cópia de uma denúncia ao Supremo Tribunal Federal contra a perseguição, o assédio que foi imposto a uma professora da rede municipal de Guaratinguetá.

Essa professora, que em 2021 estava fazendo um trabalho com os seus alunos, um trabalho interdisciplinar, com outros professores também, foi vítima de perseguição desse famigerado e já sepultado Movimento Escola sem Partido.

Inclusive esse movimento já foi rejeitado pelo próprio Supremo Tribunal Federal, que já julgou várias leis municipais em relação a esse tema, e confirmando ainda... Ministros confirmaram que a escola tem a obrigação de desenvolver o senso crítico dos alunos, formar os alunos para o pleno exercício da cidadania.

As escolas são obrigadas a trabalhar a questão do racismo estrutural, do combate à homofobia, do combate ao machismo, à violência contra as mulheres... Isso já está decidido, está na LDB inclusive.

No entanto, a professora Carolina Aparecida Escobar Baesso foi vítima desse tipo de perseguição, uma perseguição covarde, da própria Secretaria da Educação Municipal.

A secretaria abriu um processo contra essa professora porque um pai bolsonarista da cidade reclamou do comportamento da professora e depois voltou atrás. Mesmo assim a Secretaria Municipal de Educação, a secretária Elisabeth Sampaio abriu uma sindicância contra a professora e a puniu.

A professora Carolina Aparecida Escobar Baesso, que deveria agora estar dando aula para os seus alunos, está suspensa de suas atividades do dia primeiro até o dia sete de março - olha só o absurdo.

Ou seja, essa secretária da Educação está afrontando a legislação, afrontando a decisão do Supremo Tribunal Federal, que já julgou isso, já está pacificado, e nós vamos encaminhar a cópia dessa denúncia ao Supremo, aos ministros do Supremo, ao Ministério Público de São Paulo, ao Geduc, para que providências sejam tomadas. Espero que o prefeito da cidade tome alguma atitude, suspendendo, cancelando essa punição e fazendo uma homenagem à professora.

A professora faz um trabalho crítico com seus alunos, um trabalho de uma educação emancipadora, libertadora. Ninguém nunca teve uma reclamação contra a professora Carolina; professora exemplar, nunca teve advertência. É perseguição, é assédio. E sem dúvida com ligações a esse processo de extrema direita, porque me parece que o pai é um bolsonarista na cidade. Isso aconteceu lá atrás.

Mas olha, eu queria dizer o seguinte: nós vamos tomar providências. Essa secretária da Educação vai ter que responder ao Ministério Público por essa punição, por essa perseguição covarde, nefasta, perversa e sádica contra a professora Carolina Aparecida Escobar Baesso.

E peço, logicamente, para que cópias do meu pronunciamento já sejam enviadas ao prefeito da cidade de Guaratinguetá e também ao Ministério Público Estadual, ao Geduc. Para que o Geduc tome as providências cabíveis em relação a esse caso e puna, com todo o rigor da lei, as pessoas envolvidas nessa perseguição, nessa punição asquerosa e covarde contra uma educadora, uma professora que estava cumprindo o seu dever, estava cumprindo o projeto pedagógico da escola – olha só, um absurdo – dentro dos parâmetros da LDB, que traz a garantia da liberdade de aprender e ensinar.

Esse debate já foi superado há muito tempo; esse movimento, essa ideia já está morta hoje no Brasil, não prosperou. É da era do bolsonarismo, da extrema direita nazifascista que se apoderou, por um tempo, da máquina estatal no Brasil.

Mas agora perdeu força. Então, que as medidas sejam tomadas imediatamente contra essa decisão da prefeitura de punir a professora Carolina Aparecida Escobar Baesso. E que ela seja homenageada, condecorada pela cidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Solicito que a fala do deputado seja encaminhada ao Sr. Prefeito de Guaratinguetá.

Acerca do tema, como desconheço o teor, vamos dizer assim, da queixa do pai e da fala da professora, e até do próprio procedimento, do processo – eu não sei exatamente o que foi que aconteceu no âmbito da cidade – quero aqui dizer que sou uma defensora da liberdade dos professores em sala de aula. Mas temos que tomar cuidado com generalizações.

O que o Supremo disse, com todo o respeito ao Sr. Deputado, é que os professores não podem ser cerceados em sala de aula, não podem ser vítimas de censura. E obviamente o ambiente acadêmico é, e deve ser, plural em todas as esferas. Mas isso também não retira das famílias o direito de eventualmente questionar.

Eu vou dar um exemplo, aqui, que aconteceu no meu gabinete: eu recebi uma família que entendeu que houve um excesso em sala de aula quando os professores, por exemplo, deram uma aula enaltecendo, ou discutindo com muito detalhe, a masturbação. Então, nós temos que defender a liberdade dos professores, obviamente, mas as famílias também têm direito e, ouso dizer, até o dever de participar da elaboração, da construção do processo de educação dos seus filhos.

Então, quero só fazer esse registro aqui. Como não conheço o caso, nem o que foi dito pela Sra. Professora nem o que foi reclamado pelo Sr. Pai – eu não sei nem o teor do procedimento – então reitero aqui que a liberdade de cátedra é importante numa democracia, mas as famílias também têm que ter o direito à manifestação preservado.

Seguindo aqui com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna o nobre deputado Conte Lopes. (Pausa.) Nobre deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Nobre deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Nobre deputada Professora Bebel. (Pausa.) Nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.)

Com isso encerro a lista principal de oradores inscritos no Pequeno Expediente, abrindo imediatamente a Lista Suplementar e chamando à tribuna o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) E novamente deputado Carlos Giannazi, pelo prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, hoje saiu uma publicação no site do "Estadão", que quero mostrar aqui. Trata-se de uma denúncia que eu tenho feito aqui exaustivamente desde praticamente 2019, quando foi apresentado o famigerado projeto de lei do Doria, o 529, que colocou em extinção, que extinguiu, na prática, a Sucen e os institutos Florestal, de Botânica e Geológico.

Essa matéria está falando de um caso gravíssimo que é o da Sucen, vou mostrar aqui a capa. "Extinção em São Paulo trava estudos e atrapalha ações de combate a epidemias", o que eu disse desde 2019. Para quem não sabe, a Sucen é a Superintendência de Controle de Endemias no estado de São Paulo.

Ela sempre teve um papel importante no combate, dando suporte sobretudo para os municípios que não têm condições de fazer esse controle, que é uma boa parte dos nossos municípios do estado de São Paulo.

No entanto, aquele famigerado projeto... Eu votei contra, militei contra, então não tenho minha digital na aprovação da extinção da Sucen, mas olhem o que está acontecendo agora. Nós estamos tendo o aumento de malária no estado de São Paulo, o aumento da dengue, da Zika, de várias endemias que estavam controladas no nosso Estado.

Olhem só o retrocesso dessa decisão da Assembleia Legislativa de aprovar aquele Projeto 529, que era um projeto cheio de maldades, cheio de ataques. Queria extinguir até mesmo o Oncocentro, um absurdo total.

Houve resistência, algumas coisas foram retiradas, mas boa parte ficou, e uma delas foi a Sucen. Eu dizia, na época, que era uma insensatez, era um crime acabar com a Sucen, com uma superintendência, um órgão do SUS, do Sistema Único de Saúde, em plena pandemia.

Nós estávamos na pandemia, as pessoas morrendo, e o Doria fez toda a pressão. A Assembleia Legislativa aprovou o projeto, e nós perdemos praticamente a Sucen, ela foi totalmente diluída.

Agora, a repercussão: "Extinção de órgão em São Paulo trava estudos e atrapalha ações de combate às epidemias" no estado de São Paulo. É o povo que está pagando por essa ação do governo, do ex-governador Doria e da Assembleia Legislativa de São Paulo. E também eu registro sempre aqui a extinção dos institutos de pesquisa em plena crise ambiental, emergência climática.

O Doria foi tão criminoso quanto o Bolsonaro no ataque ao meio ambiente, porque ele extinguiu, nesse mesmo projeto, o Instituto Florestal, o Instituto Geológico - que cumpre um papel, cumpriria um papel importante agora no litoral norte, fazendo a prevenção, orientando os prefeitos, mas ele foi desmontado - e o Instituto de Botânica também.

Três institutos importantes mais a Sucen, foram extintos. Por isso, a Assembleia Legislativa tem que ter um compromisso com a recriação da Sucen – já disse isso há muito tempo – e dos três institutos.

Esta é uma das prioridades para nós aqui na Assembleia Legislativa: a recriação dos institutos Florestal, Geológico e de Botânica também. Essa é a nossa luta, além de outras pautas fundamentais para todos nós, como a revogação da farsa da nova carreira do Magistério, que está destruindo a Educação do estado de São Paulo e torturando os nossos professores através das APDs, através do caos que foi a escolha da atribuição de aulas, do fim da falta-aula.

Enfim, são várias lutas, mas eu queria destacar isso, porque é tão latente isso, e era tão latente, mas mesmo assim a Sucen foi extinta. Repito: a Sucen era um órgão público da Secretaria da Saúde, do SUS, do Sistema Único de Saúde, e a gestão do PSDB acabou com ela. É por isso que nós estamos vivendo agora esse drama, a volta das endemias e epidemias no Estado mais rico da Federação. Então, recriação já da Sucen e dos institutos Florestal, de Botânica e do Geológico.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado, e eu indago a V. Exa. se V. Exa. vai fazer uso da palavra novamente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Então, havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - É regimental. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os nossos trabalhos, convoca V. Exas, para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Eu desejo um excelente final de semana a todos.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 15 minutos.

* * *